



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 01/2016

A **CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU**, com sede na Rua XV de Novembro, 55, centro, Município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Presidente, Vereador Mário Hildebrandt, considerando o julgamento do PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS nº 01/2016, RESOLVE registrar os preços das empresas, de acordo com a classificação por elas alcançadas, atendendo as condições previstas no instrumento convocatório e as constantes desta Ata de Registro de Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes das Leis nºs 8.666/93 e 10.520/2002, e alterações, Decretos Legislativos nºs 561/05 e 562/05, e em conformidade com as disposições a seguir.

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA - A presente Ata tem por objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada na LOCAÇÃO DE VEÍCULOS, conforme especificações constantes do Edital, que passa a fazer parte desta Ata, juntamente com a documentação e a proposta de preços apresentadas, os quais, independentemente de transcrição, fazem parte deste instrumento, naquilo que não o contrarie.

DO REGIME DE EXECUÇÃO

CLÁUSULA SEGUNDA – O fornecimento será executado na forma de execução indireta, sob o regime de empreitada por preço global, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.666/93.

DAS OBRIGAÇÕES DA PARTES

CLÁUSULA TERCEIRA – Constituem obrigações do órgão gerenciador:

- a) notificar o fornecedor registrado, por meio da emissão de ordem de fornecimento de serviço/material, a ser repassada via fax ou via telefone, para a retirada da respectiva nota de empenho;
 - a.1) as ordens de fornecimento serão assinadas pelo Presidente da Câmara Municipal de Blumenau;
- b) permitir ao pessoal da contratada o acesso ao local da entrega, desde que observadas as normas de segurança;
- c) notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do material;
- d) efetuar os pagamentos devidos nas condições estabelecidas nesta Ata;
- e) promover ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

Parágrafo único - Esta Ata não obriga a Câmara a firmar contratações com os fornecedores cujos preços tenham sido registrados, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto desta Ata, observada a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro preferência de fornecimento, em igualdade de condições.



CLÁUSULA QUARTA – Constituem obrigações dos fornecedores:

4.1. Assinar esta Ata e retirar a respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 2 (dois) dias, contado da convocação;

4.1.1. Informar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias corridos, quanto a aceitação ou não do fornecimento a outro órgão da Administração Pública, não participante deste registro de preços, que venha a manifestar o interesse em utilizar o presente Ajuste;

4.1.2. Entregar os veículos até 28/03/2016;

4.1.3. Ressarcir os eventuais prejuízos causados aos órgãos gerenciadores e participante(s) e/ou a terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas na execução das obrigações assumidas.

4.2. Entregar o veículo em perfeitas condições de funcionamento e uso, com documentação atualizada e, oferecendo qualquer tipo de cobertura de riscos, nos limites abaixo definidos:

4.2.1. Proteção do Carro: cobertura de riscos para o veículo locado, incluindo acessórios, em caso de furto, roubo, incêndio, colisão ou avaria com coparticipação obrigatória até limite de R\$ 1.500,00.

4.2.2. Proteção para terceiros: cobertura para danos corporais causados a terceiros, no limite máximo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) e cobertura para danos materiais causados a bens de terceiros, no limite máximo de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

4.2.3. Os valores referentes ao custo de Contratação das Proteções acima estão inclusos no valor do contrato.

4.3. Ocorrerá perda da cobertura de riscos quando a CÂMARA:

4.3.1. Não apresentar o comprovante ou protocolo de emissão do Boletim de Ocorrência Policial ou Laudo Pericial;

4.3.2. Cometer qualquer das infrações gravíssimas explícitas Código de Trânsito Brasileiro;

4.3.3. Proceder com dolo ou manifesta negligência na guarda e uso do carro;

4.3.4. Circular com o carro em vias que não tenham condições de tráfego normal, que venha colocar em risco o veículo;

4.3.5. Circular com o carro para fim diverso da destinação específica constante do seu Certificado de Registro e/ou especificações do fabricante;

4.3.6. Circular com as luzes de advertência de óleo ou de temperatura acesas no painel de instrumentos do carro.

Caso a CÂMARA persista com o carro em funcionamento nestas circunstâncias, mesmo por curto espaço de tempo, ocorrerão danos ao motor que serão identificados através de laudo técnico de concessionária ou oficina especializada, à escolha da CONTRATADA, com acompanhamento da Assessoria Administrativa da CÂMARA;

4.3.7. Danificar a lataria, pintura, estofamentos ou partes mecânicas por descuido no uso do carro.

4.3.8. Inexiste qualquer cobertura para:

4.3.8.1. Dolo e Uso Inadequado do carro;

4.3.8.2. Furto do carro alugado, quando não forem devolvidos à CONTRATADA as chaves e os documentos do carro;

4.3.8.3. Apropriação indébita;

4.3.8.4. Chaves e/ou documentos do carro alugado;

4.3.8.5. Despesas de diárias e taxas em depósitos de órgãos de trânsito em caso de apreensão do carro alugado;



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina



- 4.3.8.6. Danos morais causados a ocupantes do carro ou a terceiros;
- 4.3.8.7. Lucros Cessantes causados a terceiros;
- 4.3.8.8. Serviços profissionais de advogados e/ou despachantes.
- 4.3.8.9. Com a perda da cobertura de riscos, a CÂMARA arcará diretamente com todos os ônus decorrentes de qualquer evento, inclusive perante terceiros prejudicados.
- 4.3.9. Responsabilizar-se pelas despesas decorrentes de emplacamento dos veículos, manutenção corretiva e preventiva, bem como as de socorro mecânico com guincho, entendendo-se como manutenção preventiva àquela realizada obrigatória e periodicamente de acordo com os planos de manutenção do veículo constantes no manual do proprietário/fabricante, e como manutenção corretiva aquela destinada ao reparo dos defeitos que ocorrem de maneira aleatória, durante os intervalos entre as manutenções preventivas;
- 4.3.10. Substituir o automóvel locado por outro igual, similar ou superior, no prazo máximo de 12 (doze) horas, em caso de sinistro, avaria, revisão ou manutenção, sob pena de ser considerado inadimplente quanto à obrigação contratual.
- 4.3.11. Os automóveis objeto deste contrato que, por ocorrência de sinistro ou avaria, tenham sido encaminhados para conserto, deverão ser devolvidos à CÂMARA em perfeitas condições de uso em até 5 (cinco) dias úteis, contados da solicitação de conserto.
- 4.3.12. Disponibilizar, 24 (vinte e quatro) horas por dia, inclusive sábados, domingos e feriados de um serviço de socorro mecânico com guincho, para transporte e deslocamento dos veículos nos casos de defeitos e/ou acidentes, de modo a proporcionar à CÂMARA atendimento imediato. Nos casos em que o serviço/socorro não puder ser prestado por dificuldades na estrutura do local, será providenciada hospedagem aos ocupantes do veículo até a resolução do problema.
- 4.3.13. Manter durante a execução deste Instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação, estipuladas no processo licitatório original deste contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas;
- 4.3.14. Assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato;
- 4.3.15. Apresentar durante a execução da Ata de Registro de Preços, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo com a legislação em vigor, quanto às obrigações assumidas, em especial: encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- 4.3.16. Responsabilizar-se por todos os danos causados, mediante culpa ou dolo devidamente comprovados por decisão judicial, diretamente à Administração, face ao não cumprimento do que aqui foi estabelecido;
- 4.3.17. Cumprir fielmente as obrigações deste instrumento.
- 4.3.18. Durante o período de vigência da Ata de registro de Preços, a CONTRATADA deverá efetuar o pagamento das multas decorrentes de infrações de trânsito cometidas na condução dos veículos alugados e solicitar o reembolso destes valores junto à CÂMARA.
- 4.3.19. A CONTRATADA não será responsável:
- 4.3.19.1. Por qualquer perda ou dano resultante de caso fortuito ou força maior;
- 4.3.19.2. Por quaisquer trabalhos, serviços ou responsabilidades não previstos neste Edital.
- 4.3.20. Serão admitidos veículos modelo não inferior a 2015 (dois mil e quinze), com ano de fabricação não inferior a 2015 (dois mil e quinze).



4.3.21. Todos os veículos locados serão ser adesivados com o logotipo da Câmara, com plotagem no vidro, cujas despesas com confecção e instalação dos adesivos e plotagem correrão por conta da Câmara.

4.3.22. A locadora terá que ter base operacional no município de Blumenau, visando o pronto atendimento da Câmara, em caso de sinistro e manutenção do veículo.

4.3.23. TODOS OS VEÍCULOS DEVERÃO TER FRANQUIA DE QUILOMETRAGEM ILIMITADA. O LIMITE MÁXIMO MENSAL ESTIMADO PARA CADA VEÍCULO É DE 3.500 KM (TRÊS MIL E QUINHENTOS QUILOMETROS).

4.3.24. O PAGAMENTO DO COMBUSTÍVEL DOS VEÍCULOS CORRERÁ POR CONTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE BLUMENAU. POR OCASIÃO DA ENTREGA DOS VEÍCULOS PELA CONTRATADA, ESTES DEVERÃO ESTAR COM O TANQUE DE COMBUSTÍVEL CHEIO E OS CARROS SERÃO DEVOLVIDOS PELA CÂMARA NAS MESMAS CONDIÇÕES.

4.3.25 - NO PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 16 (DEZESSEIS) DE DEZEMBRO DE 2016 (DOIS MIL E QUINZE) E 17 (DEZESSETE) DE JANEIRO DE 2017 (DOIS MIL E DEZESSETE) HAVERÁ SUSPENSÃO DA LOCAÇÃO DE 12 (DOZE) VEÍCULOS (ITENS 2).

CLÁUSULA QUINTA – Constituem obrigações do órgão participante, por meio de gestor próprio:

- a) tomar conhecimento da presente Ata, inclusive as respectivas alterações, para fins de utilização de forma correta;
- b) consultar previamente à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau, objetivando a obtenção das informações necessárias à aquisição pretendida;
- c) verificar a conformidade das condições registradas perante o mercado local, informando a Câmara eventuais desvantagens verificadas;
- d) encaminhar à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau cópia da respectiva nota de empenho, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, bem como as informações sobre a contratação efetivamente realizada; e
- e) acompanhar e fiscalizar o fiel cumprimento das obrigações contidas no edital da licitação e na presente Ata, informando à Assessoria Administrativa da Câmara Municipal de Blumenau qualquer irregularidade ou inadimplemento do particular.

DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SEXTA – A vigência da Ata de Registro de Preços é de 12 (doze) meses, a contar de 28/03/2016.

DO GERENCIAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA SÉTIMA – O gerenciamento deste Instrumento, nos aspectos operacional e contratual, caberá à Assessoria Administrativa, competindo-lhe:

- a) efetuar controle dos fornecedores, dos preços, dos quantitativos fornecidos, das especificações do material registrado, observada a ordem de classificação indicada na licitação;



- b) monitorar, pelo menos trimestralmente, os preços do material, de forma a avaliar o mercado constantemente, podendo rever os preços registrados a qualquer tempo, em decorrência da redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve os custos dos bens registrados;
- c) notificar o fornecedor registrado, via fax ou telefone, para retirada da nota de empenho;
- d) observar, durante a vigência da presente ata, que nas contratações sejam mantidas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, bem como a compatibilidade com as obrigações assumidas, inclusive com solicitação de novas certidões ou documentos vencidos;
- e) requerer eventuais procedimentos administrativos de renegociação de preços registrados, para fins de adequação às novas condições de mercado, e de aplicação de penalidades;
- f) coordenar as formalidades e fiscalizar o cumprimento das condições ajustadas no edital da licitação e na presente Ata.

Parágrafo primeiro – A Assessoria Administrativa promoverá pesquisas de preços dos itens registrados, de forma a avaliar os preços a serem contratados, bem como elaborará as estimativas de consumo e os cronogramas de contratação.

DOS PREÇOS REGISTRADOS

CLÁUSULA OITAVA – Os preços registrados, a especificação do serviço/material, o quantitativo, as empresas fornecedoras e o nome do representante legal são os constantes do Anexo I desta Ata, conforme ordem de classificação das propostas.

Parágrafo primeiro – O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos bens registrados, devendo ser promovidas negociações com os fornecedores.

Parágrafo segundo – Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, a Pregoeira deverá convocar o fornecedor, a fim de negociar a redução de seu preço, de forma a adequá-lo aos valores praticados pelo mercado.

Parágrafo terceiro - Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor apresentar requerimento fundamentado com comprovantes de que não pode cumprir as obrigações assumidas, a Câmara poderá:

- a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, e se a comunicação anteceder o pedido de fornecimento; e
- b) convocar os demais fornecedores, visando a conceder-lhes igual oportunidade de negociação.

Parágrafo quarto - Em qualquer hipótese os preços decorrentes da revisão não poderão ultrapassar aos praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta do fornecedor e aquele vigente no mercado à época do registro – equação econômico-financeira.

Parágrafo quinto - Será considerado preço de mercado, os preços que forem iguais ou inferiores a média daqueles apurados pela Câmara para determinado item.

Parágrafo sexto - As alterações de preços oriundas da revisão, no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira, serão publicadas trimestralmente no Boletim Oficial do Município de Blumenau.



DA REVOGAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

CLÁUSULA NONA – Os preços registrados na presente Ata de Registro de Preços poderão ser revogados de pleno direito, conforme a seguir:

I Por iniciativa da Administração:

- a) quando o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando o fornecedor não assinar a ordem de fornecimento no prazo estabelecido;
- c) quando o fornecedor der causa a rescisão administrativa da ordem de fornecimento decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- d) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do pactuado;
- e) quando os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- f) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Câmara.

II Por iniciativa do fornecedor:

- a) mediante solicitação por escrito, comprovando estar impossibilitado de cumprir as exigências desta Ata de Registro de Preços;
- b) quando comprovada a ocorrência de qualquer das hipóteses contidas no art. 78, incisos XIV, XV e XVI, da Lei 8.666/93.

Parágrafo primeiro - Ocorrendo revogação do preço registrado, o fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

Parágrafo segundo - No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Boletim Oficial do Município de Blumenau, considerando-se revogado o preço registrado.

Parágrafo terceiro - A solicitação do fornecedor para revogação dos preços registrados poderá não ser aceita pela Câmara, facultando-se a este, neste caso, a aplicação das penalidades previstas nesta Ata.

Parágrafo quarto - Havendo a revogação do preço registrado, cessarão todas as atividades do fornecedor relativas ao respectivo registro.

Parágrafo quinto - Caso se abstenha de aplicar a prerrogativa de cancelar esta Ata, a Câmara poderá, a seu exclusivo critério, suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o fornecedor cumpra integralmente a condição contratual infringida.

DO RECEBIMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA - O objeto contratado será recebido da seguinte forma:

- a) no ato da entrega, pela Assessoria Administrativa, que procederá à conferência de sua conformidade com o pedido. Caso não haja qualquer impropriedade explícita, será atestado esse recebimento, assinando-se o canhoto do respectivo documento fiscal de entrega;

Parágrafo único - O recebimento pela Câmara não exclui as responsabilidades civil e penal da CONTRATADA.



DO PAGAMENTO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - O pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente da adjudicatária, por ordem bancária, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação do serviço, mediante apresentação da respectiva nota fiscal/fatura, quando mantidas as mesmas condições iniciais de habilitação, cumpridos os seguintes requisitos:

- a) apresentação de nota fiscal/fatura acompanhada da Certidão Negativa de Débito – CND, comprovando regularidade com o INSS, e do Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) inexistência de fato impeditivo para o qual tenha concorrido o fornecedor.

Parágrafo único - Nenhum pagamento será efetuado ao fornecedor enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Ocorrendo atraso no pagamento, e desde que para tal não tenha concorrido de alguma forma o fornecedor, haverá incidência de atualização monetária sobre o valor devido, pela variação acumulada do Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna (IGP-DI), coluna 2, publicado pela Fundação Getúlio Vargas, ocorrida entre a data final prevista para o pagamento e a data de sua efetiva realização.

DAS SANÇÕES

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93, o fornecedor ficará sujeito, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a) advertência.
- b) multa de:
 - b.1) 1 % (um por cento) ao dia sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto, limitado a trinta dias;
 - b.2) 20,0 % (vinte por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, no caso de atraso na entrega do objeto por período superior ao previsto na alínea “b.1”, ou de inexecução parcial da obrigação assumida;
 - b.3) 30,0 % (trinta por cento) sobre o valor constante da nota de empenho, em caso de inexecução total da obrigação assumida;
- c) suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a Câmara, pelo prazo de até (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Câmara Municipal de Blumenau.

Parágrafo primeiro - O valor da multa, aplicada após o regular processo administrativo, será descontado de pagamentos eventualmente devidos pela Câmara ao fornecedor ou cobrado judicialmente.



Parágrafo segundo - As sanções previstas nas alíneas "a", "c" e "d" desta cláusula poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à pena de multa.

Parágrafo terceiro - As penalidades previstas nas alíneas "c" e "d" desta cláusula também poderão ser aplicadas ao fornecedor ou ao licitante, conforme o caso, que tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando a frustrar os objetivos da licitação ou a demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Câmara Municipal de Blumenau.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - O inadimplemento de cláusula estabelecida nesta Ata de Registro de Preço, por parte do fornecedor, assegurará à Câmara o direito de rescindi-lo, mediante notificação, com prova de recebimento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei 8.666/93, constituem motivos para a rescisão da contratação:

- a) atraso injustificado no fornecimento, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Câmara;
- b) cometimento reiterado de falhas comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Câmara.

Parágrafo único - Nos casos em que o fornecedor sofrer processos de fusão, cisão ou incorporação, será admitida a continuação da presente contratação desde que a execução da presente Ata não seja afetada e desde que o fornecedor mantenha o fiel cumprimento dos termos deste documento e as condições de habilitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - A Câmara é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - As despesas com a execução deste Contrato correrão à conta da dotação orçamentária: 3.3.9.0.39.27.00.00.00 Locação de veículos para locomoção.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.

Parágrafo primeiro: Os casos omissos nesta Ata serão resolvidos à luz das disposições contidas nas Leis Federais nºs. 10.520/02, 8.666/93, e alterações.

Parágrafo segundo: Fica o fornecedor obrigado a manter, durante toda a execução da presente Ata, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina



DO FORO

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - Para dirimir eventuais conflitos oriundos desta Ata, é competente o foro de Blumenau – Santa Catarina.

DA PUBLICIDADE

CLÁUSULA VIGÉSIMA - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, conforme o disposto no art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 02 vias.

Blumenau, 28/03/2016

Mário Hidebrandt
Presidente

Paulo Henrique Cicatto
Fast Moto Center Locação de Veículos e
Comércio de Peças Automotivas Ltda
ME

Testemunhas:

Edson Francisco Brunsfeld
Diretor Geral da Câmara Municipal de
Blumenau

Dulcenéia de Sousa Roepke
Pregoeira da Câmara Municipal de
Blumenau



ANEXO I À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Este documento é parte integrante da Ata de Registro de Preços nº 01/2016, celebrada entre a Câmara e a empresa cujos preços estão a seguir registrados, por item, em face da realização do Pregão nº 01/2016.

EMPRESA:	Fast Moto Center Locação de Veículos e Comércio de Peças Automotivas Ltda ME
CNPJ:	00.562.732/0001-75
TELEFONE:	8808-8282/3035-6637
ENDEREÇO:	Rua Marechal Floriano Peixoto, 114 – fundos, centro, Blumenau, SC, CEP 89.010-500
E-MAIL:	fastmotolocadora@gmail.com
REPRESENTANTE LEGAL:	Paulo Henrique Cicatto

Item	Quant. estimada	Un.	Descrição	Marca e modelo	Valor unitário mensal	Valor total mensal
01	02	Un	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2015/MODELO NÃO INFERIOR A 2015 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO CONTRAN N° 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E ÁLCOOL (FLEX), COM POTÊNCIA DE 1.6 CC , MODELO SEDAN, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO)PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.	RENAULT LOGAN 1.6	RS1.271,94	RS2.543,89
02	12	Un.	CONTRATAÇÃO MENSAL DE VEÍCULO DE PASSAGEIROS, SEM MOTORISTA, ANO NÃO INFERIOR A 2015/MODELO NÃO INFERIOR A 2015 (COM NO MÁXIMO 20.000 KM RODADOS), COM AR CONDICIONADO, KIT ELÉTRICO (VIDROS ELÉTRICOS DIANTEIROS E TRAVAS ELÉTRICAS), VIDROS COM PELÍCULA (CONFORME RESOLUÇÃO	RENAULT SANDERO 1.0	RS1.104,59	RS13.255,11



Câmara Municipal de Blumenau
Estado de Santa Catarina



			CONTRAN N° 254/2007), CINTO DE SEGURANÇA RETRÁTIL DIANTEIRO E TRASEIRO, RÁDIO AM/FM, DIREÇÃO ELÉTRICA/HIDRÁULICA, MOVIDO A GASOLINA E (FLEX), COM ÁLCOOL POTÊNCIA DE 1.0 CC, MODELO HATCH, COM CAPACIDADE PARA 5 (CINCO) PASSAGEIROS, 5 (CINCO) PORTAS, AIR BAGS FRONTAIS, FREIOS ABS.			
Valor total: R\$15.799,00						